



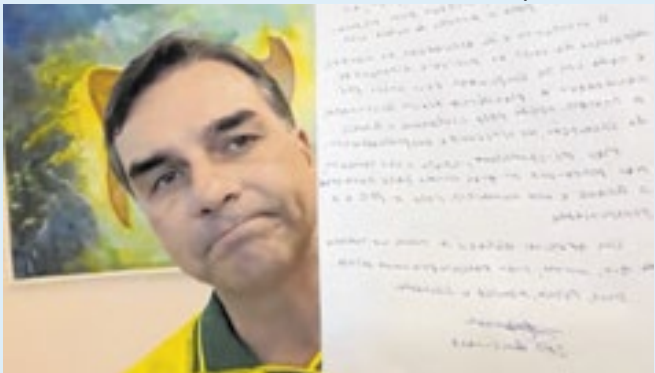
Bolsonaro viola tornozela: método ultrapassa o bom senso

O avança e recua de Bolsonaro: entre a loucura e o método

Numa entrevista ao jornal O Globo, o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), que foi o vice-presidente de Jair Bolsonaro, diz que boa parte dos próceres do bolsonarismo não participaria em um exame psicotécnico. Mourão é de direita. Seu candidato à Presidência deverá ser Flávio Bolsonaro. Mas é notório também como era foi o tempo todo complicado seu relacionamento com Jair no governo. Por outro lado, Mourão, como general reformado, conhece bem como se dá o uso político das estratégias militares na política. E como boa parte do uso dessas estratégias usa como estratégia a desinformação e a confusão cognitiva. Foi assim, por exemplo, que os aliados fizeram Adolf Hitler acreditar que o desembarque na França seria em Calais, e não na Normandia. É a chamada “guerra híbrida”. Isso torna a avaliação das estratégias bolsonaristas um desafio: até onde é loucura e até onde é método.

O exagero na confusão cria problema

Se alguém resolve acelerar seu automóvel porque tem pressa em chegar ao seu destino, há método nessa estratégia. Mas se o risco dessa decisão não for bem calculado, o motorista corre o risco de se esborrachar pelo caminho: em vez de chegar mais cedo, não chegará nunca. No caso das estratégias de Bolsonaro, que acabam replicadas por seus filhos, é que a estratégia de confusão adotada muitas vezes acaba sendo exagerada e sem uma boa avaliação de risco. É o que pode ter acontecido no episódio da carta.



Carta foi mais um teste dos limites

Cabeças de ponte: estratégia preferida

O professor da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) Piero Leirner, um especialista no uso das táticas militares na política, observa que Jair Bolsonaro tem especial predileção pela tentativa de tomada de cabeças de ponte. O que seria isso? Os exércitos disputam um território. Então, se avança uma tropa por um flanco para ocupar um ponto do território inimigo. Se não houver reação, o novo ponto é conquistado e a guerra segue a partir daí. Do contrário, se houver reação, a tropa avançada recua e volta para a posição anterior.

Teste constante das reações do adversário

O avança e recua é uma característica da estratégia política de Bolsonaro. Vale lembrar o episódio do Sete de Setembro quando era presidente, desafiou o STF e depois recuou. Bolsonaro faz um teste constante das reações do adversário, desafiando sempre os limites de até onde pode ir. Foi o que fez com a carta na qual diz que Flávio é o seu “porta-voz” na política e que Flávio leu nas redes sociais.

Prós e contras

No PL e próximo à campanha de Flávio, há avaliações dúbias quanto à divulgação da carta. Com prós e contras. Desde a briga com Michelle, Flávio precisava desse posicionamento de Bolsonaro para se saber de que lado seu pai estava. A carta delimita esse campo. Por outro lado, Flávio fica proibido de visitar seu pai por 90 dias.

Bolsonaro

A decisão de Alexandre de Moraes, então, deixará Flávio longe de Bolsonaro até depois do primeiro turno. E quem terá contato com o ex-presidente será Michelle. Alguns no PL e na campanha acham que esse é um grande prejuízo. A campanha de Flávio é confusa. Há disputas e brigas o tempo todo. Quem coloca a bola no terreno é Bolsonaro.

Vítima

Quem considera que a estratégia surtiu efeito afirma que Alexandre de Moraes exagerou ao proibir um filho de visitar o próprio pai. Especialmente sendo esse filho um de seus advogados. Proibir um advogado de visitar seu cliente também é controverso. Por outro lado, pai e filho sabiam que descumpriam as medidas cautelares.

Onde há método

É daí que vem o teste constante dos limites para verificar se o adversário vai ceder ou reagir. Nesse ponto, há método. E também porque todas essas confusões produzidas desorientam o adversário. E servem também para desviar o foco de outras questões. Enquanto Flávio afirma que seu pai é vítima, adia outras explicações.

Master

Enquanto aponta os alegados novos abusos de Alexandre de Moraes, Flávio adia as explicações sobre o dinheiro que pediu a Daniel Vercaro, do Master, para financiar o filme sobre o pai, Dark Horse. Não há a menor notícia, por exemplo, do prometido balanço com o gasto detalhado da produção do filme e da utilização do dinheiro recebido.

Onde há exagero

Mas há determinados momentos em que o avança e recua ultrapassa o método e vira evidente exagero. O caso mais notório foi quando Bolsonaro tentou abrir a caixa da sua tornozela eletrônica com um ferro de solda. “Isso funciona? Vão perceber? O que acontece se eu abrir essa caixa”. Bolsonaro testou. Funcionava. Perceberam. Foi preso.



Hugo Motta mediu negociação entre governo e ruralistas

MP da dívida rural prevê renegociação de R\$ 100 bilhões

Texto passa a valer imediatamente e cria novas regras para os débitos

Por **Beatriz Matos**

Depois de mais de um ano de impasse, governo e Congresso chegaram a um acordo para destravar a renegociação das dívidas rurais. A Medida Provisória (MP) foi publicada nesta quarta-feira (15), após reunião na residência oficial da Câmara dos Deputados entre representantes da equipe econômica, da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB). O texto surge como alternativa ao Projeto de Lei 5.122, aprovado pelo Senado e que voltou à Câmara após sofrer alterações.

O principal entrave era o impacto fiscal. Enquanto a equipe econômica estimava que o projeto em tramitação custaria cerca de R\$ 140 bilhões em 13 anos, a FPA contestava os cálculos e defendia um impacto de R\$ 45 bilhões em dez anos. A solução negociada foi uma MP com custo estimado pelo governo em R\$ 15 bilhões no mesmo período.

Segundo Hugo Motta, o entendimento só foi possível após sucessivas negociações entre governo e Congresso. “Às vezes sai todo mundo um pouquinho incomodado, mas a gente consegue construir a solução que foi possível e que

foi melhor para o país.” A medida permite renegociar mais de R\$ 100 bilhões em dívidas de produtores rurais e cooperativas que registraram perdas entre 2019 e 2025. Poderão aderir produtores que tiveram redução de pelo menos 30% da renda bruta em duas ou mais safras. Já aqueles que acumularam perdas em três ou mais safras, com redução mínima de 40%, terão condições mais favoráveis.

A MP estabelece juros anuais de 6% para operações do Pronaf, 9% para o Pronamp e 12% para os demais produtores. Nos casos de maiores perdas, as taxas caem para 5%, 8% e 11%, respectivamente. O prazo para pagamento será de até oito anos na regra geral e de até dez anos para os produtores mais afetados, ambos com até dois anos de carência e sem exigência de entrada.

O texto também autoriza o reaproveitamento das garantias já apresentadas nas operações originais e determina que os bancos reavaliem exigências consideradas excessivas. Outra novidade é a inclusão das Cédulas de Produto Rural (CPRs) inadimplentes na renegociação, além de um fundo garantidor voltado perdas por eventos climáticos.